

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-4-2019.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, André Carús, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 178/18 e o Projeto de Resolução n^o 049/17 (Processos n^{os} 1387/18 e 2403/17, respectivamente), de autoria de Comissário Rafão Oliveira; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 167/18 e 017/19 (Processos n^{os} 1374/18 e 0025/19, respectivamente), de autoria de Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se João Carlos Nedel, Prof. Alex Fraga, Idenir Cecchim, Nelcir Tessaro, Márcio Bins Ely, Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Valter Nagelstein, Roberto Robaina e Professor Wambert. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, este em tempo cedido por Mauro Zacher, Cláudio Janta, Lourdes Sprenger e Valter Nagelstein. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2^a Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica n^o 001/19, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo n^{os} 025/18 e 002/19, o Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 014/18, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 157, 168, 185 e 189/18 e 006, 022 e 025/19 e o Projeto de Resolução n^o 002/19. Durante a sessão, foram registradas as presenças de alunos da Escola Sesi de Ensino Médio Arthur Aluísio Daudt, acompanhados de Ramon Felipe Wagner e de Lara Machado Bitencourt, em atividade integrante do Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial deste Legislativo e pela Escola do Legislativo Julieta Battistioli. Às quinze horas e quarenta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Nelcir Tessaro e Alvoni Medina e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Estão presentes no plenário da Câmara de Vereadores 60 alunos do ensino médio da Escola do Sesi Arthur Aluísio

Daudt, de Sapucaia do Sul, acompanhados de seus professores Ramon Felipe Wagner e Lara Machado Bitencourt.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, jovens que nos visitam, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Eu quero falar num evento importante da nossa Cidade, que é a terceira edição de Caminho de Porto Alegre, que acontecerá no dia 28 de abril, com início às 7h, saindo da Catedral Metropolitana, indo até a Igreja Nossa Senhora das Dores, seguindo pela nossa orla, para conhecimento maior da nossa Cidade. Vamos até a Fundação Iberê Camargo; após, então, vamos até o Santuário de Schoenstatt, lá na Vila Assunção; seguimos pela orla, vamos até a Vila Conceição ver o local por onde passava o trenzinho da Tristeza – muitos não conhecem, não sabem que já tivemos um trenzinho do Centro de Porto Alegre até a praia da Pedra Redonda. Depois, vamos até o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, lá em Ipanema; pegamos a orla de Ipanema; e vamos concluir após passar pelos arcos do Espírito Santo, no bairro Espírito Santo; então, chegaremos no Santuário Santa Rita de Cássia.

As inscrições estão abertas. Pelo que sei, já atingimos as 600 inscrições de caminhantes. As inscrições estão limitadas a 600 para ganhar o *kit*, mas a quantidade é ilimitada – depois de 600 inscritos, os seguintes não ganharão o *kit*, porque nós temos um limite de custo. Claro que o *kit* também é gratuito, o custo é do orçamento do nosso evento. Esse evento está na terceira edição.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Olhem, na Igreja Nossa Senhora das Dores, a beleza daquela foto na escadaria, queremos repetir, embora vamos ter um problema de aumentar a escadaria, o que vai ser difícil, mas a gente ajeita. Estão todos convidados. E nós também vamos ampliar esses caminhos. Nós estamos na terceira edição, estamos apoiando a Frente Parlamentar do Turismo, a Frentur, estamos apoiando os Caminhos do Santuário, que vai desde o Santuário de Nossa Senhora do Trabalho até o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, na Av. Baltazar de Oliveira Garcia. E também vamos fazer a primeira edição do Caminho de Navegantes, que sairá da Paróquia da Nossa Senhora dos Navegantes, passará por vários pontos da

nossa Cidade e será concluído passando pela Vila do IAPI, encerrando na Paróquia São João. Também temos o Caminho dos Calabreses, incentivando, apoiando e dando relevância à imigração Calabresa em Porto Alegre, em que Morano Calabro é a cidade irmã de Porto Alegre, então, estaremos no dia 17 de agosto realizando esse evento.

Quero convidar a população, os vereadores, as vereadoras para participarem da terceira edição dos Caminhos de Porto Alegre, numa organização da nossa Frente Parlamentar do Turismo, de que vários vereadores fazem parte na nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Prof. Alex está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Alvon Medina, que preside os nossos trabalhos na tarde de hoje. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste pela TV Câmara; estudantes e professores que acompanham nas galerias as nossas discussões; ontem tivemos aqui no Plenário Otávio Rocha, da Câmara de Porto Alegre, a participação do secretário de saúde desta Cidade. O secretário Pablo veio falar, dar as suas explicações a respeito dos procedimentos que serão adotados no Município de Porto Alegre sob a sua gestão, alegando que não haverá a privatização dos serviços e que esses continuarão a ser custeados pelo SUS. Eu, infelizmente, não pude fazer uso da palavra ontem, mas gostaria de ter me manifestado, mas o meu colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, já havia feito a manifestação em nome do nosso partido PSOL.

Eu sei bem, Ver. Moisés, que foi enfático na sua fala, na tarde de ontem, defendendo e justificando os atos do governo, a diferença entre privatização e concessão. O que o secretário e a sua gestão se dispõem a fazer é terceirizar em algumas unidades de saúde a prestação do serviço à população: terceirização. Ideologicamente, sou contra esse procedimento. Sempre que um serviço é terceirizado a argumentação que é feita é para melhoria do serviço e para o barateamento dos custos. Isso nem sempre é alcançado, diria eu, isso quase nunca é alcançado. Eu vou citar alguns exemplos singelos que esta administração fez e que tem tido um resultado desastroso para o Município de Porto Alegre. Nas escolas municipais desta Cidade, a Guarda Municipal, que ainda permanecia em algumas unidades escolares, foi retirada das portarias, deixou de prestar o serviço de segurança às comunidades escolares e esses guardas foram deslocados para outras atividades. O governo diz que isso foi escolha da Guarda Municipal. Quem decide quem é o comandante da Guarda? É o prefeito. Se o comandante da Guarda toma uma atitude que é contrária aos interesses da Prefeitura, ele é substituído. Ou seja, essa diretoria é uma diretoria de governo. A retirada da Guarda Municipal das escolas foi uma opção deste prefeito. E o secretário de educação veio aqui e prometeu que iria contratar um serviço de portaria especializado para colocar nas nossas escolas. Esse serviço começou na metade do ano e funcionou por quatro meses.

As nossas escolas não têm mais portaria, não têm mais a Guarda Municipal, não têm! Todos os guardas foram removidos, foram deslocados para outros setores, e as comunidades escolares precisam desse serviço, porque a maior parte das nossas escolas fica na periferia, em bairros onde a violência é enorme. Estudar, trabalhar com insegurança em meio a focos de violência, como está acontecendo na Restinga, com vários homicídios, é uma tarefa para heróis, não para crianças e adolescentes. É um absurdo o que este governo vem fazendo. A terceirização dos serviços não está trazendo melhoria. Os guardas municipais das escolas conheciam os alunos, conheciam os pais, conheciam os pais dos pais, porque eram envolvidos com as comunidades. Os porteiros não têm sequer um protocolo para seguir, eles simplesmente abrem e fecham portões, permitem que qualquer pessoa entre e saia livremente, o que prejudica a garantia de segurança para os estudantes e professores. Portanto, a terceirização não é a solução. O problema desta Cidade não é o servidor público, é o gestor, é a incompetência administrativa. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder e depois prossegue em Comunicações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu acho que a terceirização é muito benéfica, principalmente se compararmos os custos. Eu vou dar um exemplo: os nossos queridos garis do DMLU. Eles não têm como trabalhar 25 anos correndo atrás de caminhão. Foi o que aconteceu, estão todos lá no DMLU quase sem função, os terceirizados é que fazem o trabalho e só ganham quando trabalham. Aliás, é uma outra coisa que tem que olhar, como é o regime de trabalho desses terceirizados, mas a terceirização ajuda muito a população e custa muito menos.

Eu queria me ocupar de um assunto muito importante, Ver. Janta. A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul está sem poder analisar processos desde o início do ano. Estão se acumulando pedidos e pedidos de modificação dos estatutos, de criação de empresas, de aumento de capital, enfim, a Junta Comercial está parada. Eu queria pedir aqui ao governador Eduardo Leite para que tenha um olhar especial na Junta Comercial, principalmente ao secretário-chefe da Casa Civil, que é um homem muito sensível e que atenderá a esse assunto com a maior brevidade possível: Dr. Otomar Vivian, a Junta Comercial precisa ter os seus vogais, ou prorrogar o mandato daqueles que já estavam. A Junta Comercial não pode parar. Isso reflete muito em todas as camadas, nos pequenos, nos médios e nos grandes empresários, consequentemente, nos funcionários também. Então, esse assunto não é para amanhã, é para hoje. Precisa

ser resolvido com urgência. Vogais da Junta Comercial, governador, secretário-chefe da Casa Civil, Otomar Vivian, por favor, os contadores todos estão levando a culpa pela demora, as empresas não estão conseguindo fazer o que têm que fazer, os novos não conseguem começar a trabalhar, enfim, está uma confusão muito grande no Estado do Rio Grande do Sul – em todo o Estado. São milhares e milhares de processos que estão parados. A Junta Comercial, no governo passado, ficou toda digitalizada, mas há algumas normas que precisam ser cumpridas, uma delas é sobre os vogais. Os vogais precisam, urgentemente, serem conduzidos ou reconduzidos, provisoriamente, aqueles que lá estavam, mas tem que ser feito com muita urgência – precisa ser feito com muita urgência! Mais uma vez: governador Eduardo Leite, a Junta Comercial é um órgão importantíssimo para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O secretário de desenvolvimento que foi indicado acabou não assumindo, eu não sei se já assumiu o novo secretário Irigaray, mas aqueles que têm essa responsabilidade precisam, de uma maneira muito rápida e ágil, fazer essas nomeações dos vogais. Os vogais são importantes para a Junta Comercial funcionar. A Junta Comercial está muito bem administrada pelo Itacir, antes foi pelo Kopschina, e precisa dos vogais, porque isso é obrigatório, necessário e imprescindível. Esse recado eu queria deixar nesta quinta-feira, e nós precisamos ver se até segunda-feira se resolve esse assunto. Espero que sim, porque nem os contadores nem as novas empresas, nem os antigos, nem os pequenos, nem os médios, nem os grandes podem esperar mais por essa solução da Junta Comercial do Estado.

Nós estamos ouvindo comentários de toda a Cidade sobre esse projeto que está tramitando aqui na Câmara. Por um lado, é muito importante que a população esteja se manifestando, e fico muito feliz que a população esteja apoiando o projeto. Nós precisamos melhorar as praças e os parques. Eu ouvi o Ver. Tessaro, esses dias, falando que aquelas praças que têm mais condições de dar rendimento devem ajudar aquelas da periferia. O senhor falou exatamente o que é, a realidade é essa! Quanto a cobrar ingressos, essa mentira do PT, que fez um jogral gravado aqui na frente do palco, isso é uma grande mentira, não pode circular isso. Eu acho que tem que ter argumentos. O Ver. Alex deu um argumento, agora, mentir não! Não pode mentir! A população não é boba, não cai mais nas mentiras! Politicagem não! Nós temos que esclarecer o que é mesmo essa concessão, e está sendo esclarecida, a imprensa está esclarecendo. Eu ouvi hoje de manhã o Ver. Sgarbossa, que está chegando aqui, levar um bombardeio dos ouvintes – um verdadeiro bombardeio – pelo que ele estava dizendo e defendendo. Ele tem direito de fazer a defesa, mas não pode mentir. Não há cobrança para entrar no parque. Se você for usar o pedalinho da Redenção, vai pagar, é lógico! Se for usar uma bicicleta alugada, paga! Ou será que o vereador é contrário a ter as bicicletas de aluguel estacionadas nas praças, nas ruas? Não, nós temos que ter esse serviço para beneficiar a população. Não é o vereador que tem que ser beneficiado, é a população. A população quer praças limpas, quer praças com equipamentos de ginástica, quer praças com equipamentos de esportes. A Prefeitura não tem como atender a tantas praças que existem em Porto Alegre. Nós temos que fazer parcerias, e não é adoção. Eu cansei de ver adoções de canteiros de ruas só com a placa de quem adotou, sem uma folhagem,

sem uma flor, sem uma árvore. Então a adoção tem que ser repensada, ao contrário do que se diz que temos uma baita de uma lei sobre adoção. Não, a lei é boa, mas não está sendo cumprida. As pessoas adotam, colocam a sua propaganda no canteiro e depois não aparecem mais. A concessão é diferente, tem que fazer e depois explorar. E nós vamos fazer cumprir isso, é obrigação do vereador fiscalizar e pedir para a fiscalização da área controlar isso. Tenho certeza que nós teremos, doravante, muito mais praças bem cuidadas e a população vai começar, também, a nos ajudar a fiscalizar, a exigir, a pedir e contribuir muito. A população contribui muito mais do que se possa imaginar, a população quer ajudar. Os relaxados são a minoria, aqueles que largam lixo nas ruas, nas praças, esses relaxados são uma minoria, e a população vai começar a fiscalizar eles também. Temos que chamar a atenção, quando a gente vê uma carroça ou um carro descarregando entulho em local impróprio, tem que anotar a placa e comunicar à empresa responsável, comunicar ao DMLU, comunicar à fiscalização para que sejam multados. A dor do bolso talvez seja aquela que mais dói, mas certamente é a que mais educa. Com prejuízo no bolso o cidadão acaba ficando educado na marra. E nós temos que fazer a população ser educada com a maior força, porque, senão, nós teremos a Cidade suja sempre. E nós não queremos isso, nós queremos praças, parques concedidos limpos e organizados e as ruas também, começando pelas bocas-de-lobo que parem de ser um lugar de descarregar lixo e trancar todos os nossos dutos de água, pois, quando chove, dá uma enxurrada enorme. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, uma saudação especial aos alunos do Sesi que estão hoje aqui nos visitando, espero que tenham visitado toda nossa Câmara de Vereadores, acompanhados pelo Jorginho e pela nossa colega, bem como a nossa Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos, que façam uma boa política dentro das suas escolas, uma política boa. Isso é muito importante!

Quero aqui, Ver. Idenir Cecchim, cumprimentá-lo pela sua fala a respeito da Junta Comercial. A EPTC parou também. A EPTC em Porto Alegre não pode contratar, não pode demitir; enfim, está parada igual aos contadores de Porto Alegre, pelo problema da Junta Comercial. Nosso presidente, Itacir Flores, poderia ver uma medida, e o governo, quero dizer aqui, já poderia ter resolvido a situação. Infelizmente o governo do Estado do Rio Grande do Sul poderia já ter resolvido essa situação nomeando, por 30 dias, provisoriamente, os vogais da Junta Comercial para resolver esse problema, porque as empresas não podem encaminhar o eSocial. A empresa pública, EPTC, também está com o mesmo problema. Esse fato é muito grave; esperamos que a assessoria do governador publique hoje, não vá esperar ter reunião amanhã ou na segunda-feira, porque a população não pode esperar que publique hoje

uma nomeação provisória dos vogais para assim resolver a situação de Porto Alegre. Tem no interior do Estado, mas, em Porto Alegre, sempre acontece a repercussão maior dos fatos.

Quero falar também novamente na tribuna sobre as praças e parques. Eu ouvi hoje de manhã as falas, tanto do secretário Maurício como do Ver. Sgarbossa, na rádio Gaúcha. Eu quero dizer que não fiquei contente com as falas. Eu acho que está bem claro no projeto que é uma PPP, que é uma concessão. Eu, casualmente, estava passando por um canteiro da Cidade, que é justamente perto do União, na Av. Nilo Peçanha, e vi ali as placas de adoção, do tamanho de um metro, com o nome de quem adotou a praça – na primeira propaganda de quem adotou a praça. Qual é a obrigação de quem adota uma praça? Se não cumprir, acaba a adoção, não tem penalidade! Não tem penalidade para quem adotou uma praça, por isso que não resolve a situação! Concessão tem penalidade: ou cumpre o que está contratado, o que está escrito no edital ou, então, vai pagar uma multa. Existe fiscalização, mas para adoção não tem. E olha, eu convido os porto-alegrenses que passem na Av. Nilo Peçanha e olhem o canteiro que divide a avenida ao meio para ver como estão aquelas folhagens que ali foram plantadas; elas irão morrer, com toda a certeza, com a seca, não tem nenhuma manutenção – nenhuma! – de quem adotou essas praças. Estou falando de uma só, imaginem as demais da Cidade. A Praça Mascarenhas de Moraes não tem adoção nenhuma, a população é quem cuida, e a população está cuidando bem. A Praça México quem está cuidando é a população e está cuidando bem. Mas se nós pudéssemos, então, colocar dentro dessa praça uma arrecadação de quem receber a concessão e a contrapartida de dar a manutenção para essa praça, seria muito melhor.

Agora, não vamos comprar o Parque da Redenção com a concessão, com a exploração comercial que tem ali. Ali tem um pedalinho, uma roda-gigante, tem outros brinquedos, e eles cobram ingresso de quem usar os brinquedos, autorizados devidamente com alvará, porque o Município concedeu, Ver. Valter. Mas qual é a obrigação deles perante o parque? Nenhuma! Eles só têm a obrigação de atender, aliás, eles só recebem pelo atendimento e pela venda de seus produtos, mas sem nenhuma contrapartida para o Município. Eu quero saber também quem faz a manutenção e a limpeza daquele parque. É Prefeitura que faz tudo aquilo ali, não tem uma iniciativa. Então, não adianta fazermos comparações; “Ah, a praça vai ficar privatizada”. Não vai ficar privatizada, não, a praça vai ter uma PPP com direitos e deveres. Direito de explorar, meu líder Mauro, o que de melhor pode, legalmente, dentro daquela praça, com quiosque, sorveterias, enfim, com todo o tipo de comércio que pode ser instalado naquele local, com o licenciamento da SMIC. Evidente que eles não vão fugir do licenciamento, tem que ter o licenciamento para poder ser instalado um comércio em cima de uma praça, mas, em contrapartida, o pagamento que eles deveriam fazer, que seria uma locação, é a manutenção, dar condições, segurança para as pessoas, para os frequentadores de praças e parques. Então, não vamos mais discutir que é privatização, não vamos mais discutir que tem que pagar ingresso para uma praça, mas, sim, ingresso para os serviços que estão sendo prestados lá dentro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Alvoni Medina, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, nas galerias. Especialmente aos colorados, hoje, quero fazer uma saudação pelos 110 anos de orgulho ao Rio Grande e ao nosso time do coração. Que bonito, ontem – não é, Ver. Cassio – nós vemos toda a torcida assistir ao jogo inteiro de pé! Então, quero hoje, aqui, me manifestar pelo aniversário do glorioso Sport Club Internacional, fazendo esse registro: 110 anos, muitas alegrias, muitas emoções. Quero cumprimentar, na pessoa do presidente Marcelo Medeiros, por tudo que ele tem feito, por toda a dificuldade que enfrentou o colorado, e nós, agora, conseguimos realmente colocar o Inter no patamar que ele merece.

Quero também aproveitar essa oportunidade, no período de liderança, para convidar os nobres pares e o público que nos assiste. Nesse domingo, estaremos completando três anos da Lei nº 12.023, do programa que incentiva o ensino de xadrez em Porto Alegre, lei de nossa autoria, que conseguimos aprovar em 2006. E nós estaremos fazendo um jogo simultâneo, ali na Redenção, junto ao Monumento Expedicionário. Então, gostaria de agradecer, também, ao Jakubazsko, que vai ser o mestre enxadrista que vai fazer a simultânea. Serão dez partidas ao mesmo tempo, em homenagem e também reverenciando o xadrez, que é um esporte muito interessante, um jogo de inteligência, de memória. Foi uma maneira também que encontramos, em conjunto com os jogadores de xadrez da Câmara. Quero agradecer aqui ao Osório, ao Alexandre, foi um período em que se realizavam aqui na Câmara campeonatos de xadrez. Eu participei de um desses campeonatos, e surgiu a ideia de um projeto de lei. No domingo, completam-se três anos da lei, quero agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram com essa iniciativa, quando da aprovação da lei. Convido-os para jogar uma partida de xadrez conosco lá, junto ao Monumento Expedicionário.

Eu não poderia também aqui deixar de falar a respeito da pauta que está na agenda da Câmara e da Cidade. Hoje escutava nosso colega Marcelo Sgarbossa na Rádio Gaúcha pela manhã com relação a essa questão que envolve o uso e a cobrança de ingressos para uso de parques e praças. Reiterando nosso entendimento, somos contrários ao projeto, acho que os exemplos que foram dados aqui, como o do pedalinho, da roda-gigante, que têm que ser pagos no Brique da Redenção, enfim, todas essas regras que já são válidas. Então entendo que, por exemplo, se nós temos um grande evento aqui ao lado, no Parque da Harmonia, e há o Acampamento Farroupilha em setembro, que é uma festa popular, em que as pessoas participam desse evento de maneira gratuita e, a partir de um projeto de lei desta Casa, que é submetido à apreciação e votação pelos vereadores, vota-se permitindo, por exemplo, que o governo venda a concessão da realização dessa atividade para os próximos 35 anos, sabendo que as pessoas terão que pagar para entrar nessa festa popular, eu quero dizer que sou contra, entendo que não deveria ser assim. Se hoje as pessoas participam do evento sem

pagar, vamos aprovar um projeto de lei permitindo que o governo cobre para entrar no Parque Harmonia, que é uma festa da tradição gaúcha, de manter a chama acesa do tradicionalismo? Sou contrário. Esse é apenas um exemplo, porque eu vi que hoje ali os repórteres da rádio insistiam em concordar que esse talvez pudesse ser um bom projeto em função da manutenção dos parques. Acho que a argumentação é de que hoje já existe adoção de parques e praças, já existem políticas públicas que permitem esse tipo de contrapartida através da propaganda – empreendedor faz sua propaganda e adota aquele canteiro, aquela praça, enfim.

Então, eu não acho que esse é um bom projeto. Diferente de outros vereadores que têm vindo à tribuna defendendo e entendendo que esse é um bom projeto, eu acho que a iniciativa privada é movida com o interesse do lucro. Para que uma coisa dê lucro, é necessário que haja uma cobrança e alguém tem que pagar essa conta. Eu acho que, para a utilização de parques e praças em Porto Alegre, não deveriam dar essa conta para o cidadão. Aliás, Porto Alegre tem uma carência de parques e praças, a gente percebe, pela orla aqui, todos os domingos, que o governo tem que fechar a avenida para as pessoas usarem o asfalto como uma área de lazer, pela carência que existe hoje na Cidade de parques e praças. Então, o que se dirá ainda nas poucas que nós temos de ter que se pagar para usufruir o espaço que é público? E quando se cerca, se fecha ou se permite a utilização do espaço público para exploração da iniciativa privada, cede-se uma área pública para que alguém ganhe dinheiro sobre aquela área. Eu quero dizer que sou contrário a esse entendimento, sou contra, Ver. Nagelstein. Tenho certeza absoluta de que, em setembro, as pessoas terão que pagar para entrar no Acampamento Farroupilha, e eu não quero ser responsável por isso, talvez diferente de outros vereadores que não se importam.

Para concluir, agradeço a atenção de todos, e fica o registro hoje do aniversário do glorioso Sport Club Internacional. Teremos a festiva mais à noite lá na Casa NTX. Parabéns aos demais colorados, por tudo que representa o Sport Club Internacional. Agradeço também àqueles que puderem compartilhar conosco, domingo, lá da nossa simultânea, no Brique da Redenção. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, boa tarde, hoje tínhamos aqui a presença de uma instituição de ensino. Eu ouvi atentamente o Ver. Márcio, que me antecedeu, e gostaria de utilizar aqui a TVCâmara para repetir exaustivamente, porque uma mentira repetida muitas vezes, sem que ninguém dê o contraponto, se torna verdade. Ninguém vai cobrar ingresso para entrar. O senhor me desculpe, eu até achar engraçado, mas ninguém vai cobrar ingresso para entrar no Parque Harmonia. Isso é um absurdo. As mentiras contadas repetidamente, sem contraponto, tendam a se tornar

verdade. Então eu vim aqui fazer o contraponto e pedir para que vocês lembrem disso quando entrarem no Parque Harmonia, porque teve gente que disse que vocês iam pagar, como também teve gente que fez vídeo dizendo que iam pagar para entrar nas praças. Daí, quando vocês entrarem gratuitamente em praças cuidadas, com obras, lembrem de quem mentiu, lembrem de quem foram as pessoas que provocaram angústia, raiva nas pessoas. E o Ver. Valter Nagelstein me lembra que os piquetes, dentro do Parque da Harmonia, têm ali o seu espaço e alguns deles fazem os seus eventos e cobram ingresso dentro dos seus piquetes.

Eu quero ressaltar o que aconteceu quando eu conversei com um dos jovens que estavam aqui, de uma instituição de ensino. Eu perguntei para ele se ele tinha ouvido, nas redes sociais, essa *fake news* que estão repetindo. Da mesma forma que ontem tivemos aqui o secretário Pablo Stürmer combatendo a mentira de dizerem que há privatização, tentativa de privatizar o serviço público de saúde na Lomba do Pinheiro e na Bom Jesus. Lembrem de quem está mentindo, quando, no futuro, forem bem atendidos gratuitamente nos postos da Lomba e da Bom Jesus! Lembrem, por favor! Eu vou lembrar! Eu vou repetir, eu vou marcar e eu vou lembrar! E eu não posso deixar de dizer que o jovem me perguntou: “Mas e por que fazem isso, então, Ver. Moisés?” E aí expliquei para ele, só que eu lembrei que eu deveria explicar aqui: politicamente, querem fazer um palco eleitoral, promovendo a raiva, para se colocarem como as lideranças que estão preocupadas com a minha dor. E eles mobilizam o povo mais sofrido que, infelizmente, às vezes, tem menos informação ou acesso aos projetos, a estudar os projetos, e se colocam como os defensores dessas massas. Também querem que o povo odeie a atual administração, porque eles são oposição à atual administração. E não é só desta administração; isso é muito antigo, foi feito há muito tempo neste Brasil, neste Estado e nesta Cidade. Tu és oposição? Então, tu mentes, mentes, mentes, mobiliza pela raiva, para que as pessoas odeiem o teu inimigo. Isso é baixo, é vil. Eu repudio isso, da mesma forma que repudio as corporações que são tentáculos de partidos que continuam mentindo. Exemplo: diretoria do Simpa, que vem aqui, repetidas vezes, mentir, mentir e mentir descaradamente! Não existe, vou lembrar, um projeto nesta Casa para privatizar o DMAE, não existe nenhum projeto para vender posto de saúde. Isso é uma vergonha. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Alvoní Medina, presidindo esta sessão, demais vereadores e vereadoras, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara; Ver. Moisés, enquanto o senhor falava, eu estava prestando atenção. E acho que nós devemos falar com o Professor Wambert, que é o presidente da Escola do Legislativo, para que ele possa promover, trazer algum professor, alguém ligado à gestão pública, para fazer um curso na nossa Câmara, para

que os vereadores e os assessores possam entender o que é terceirização, o que é adotar, o que é concessão, o que é concessão pública administrativa, patrocinada ou comum, e privatização, porque, nos últimos dias, eu tenho escutado distorções das mais descabidas possíveis. Das duas uma: ou os vereadores não entendem bem a matéria – Ver. Valter, eu sei que o senhor entende, é um excelente advogado –, mas alguns não entendem e fazem confusão, ou fazem a confusão, como V. Exa. falou, para enganar as pessoas que mais precisam. Agora vão privatizar a água, vão privatizar o posto de saúde, vão privatizar a escola, vão privatizar tudo! Vocês não vão ter acesso, vão ter de pagar a entrada para ir à orla do Guaíba, vão ter que pagar e, se não tiverem dinheiro, não vão poder ir ao parque, à praça. É um absurdo o que eu escuto desta tribuna. E eu falo para as pessoas... Noutro dia, cheguei numa comunidade, e lá veio uma pessoa apavorada: “Vereador, é verdade que o prefeito Marchezan e o senhor, como líder do governo, vão privatizar os postos de saúde, que não vai ter mais posto público?” As pessoas mais sofridas desta Cidade, com a qual o poder público tem de trabalhar e ajudar, estão sendo enganadas. Vão lá e mentem descaradamente. Eu até gostaria de falar, mas nem vou falar, hoje, do PT, porque não tem nenhum vereador do PT aqui. Não gosto de falar, quando as pessoas não estão aqui, nenhum dos quatro vereadores está presente, então nem vou citar os exemplos. E eu poderia falar do PT, mas infelizmente os vereadores não estão mais presentes, decerto têm alguma atribuição fora, não vou nem citar os absurdos que tenho escutado dos vereadores, principalmente do PT. Então, infelizmente, é como V. Exa. falou, Ver. Moisés: as pessoas que mais precisam são enganadas. Vão lá, mentem para as pessoas, que ficam assustadas, e, quando a gente chega lá, precisa explicar: calma, não é bem assim, o que vamos fazer no posto de saúde da Lomba do Pinheiro e no pronto atendimento é que vão ser transformados em UPAs, é uma contratualização, vai ter uma organização social que vai vir aqui prestar serviço”. Aquele médico que não veio, faltou, não vai acontecer mais porque vai ser diferente, vai ser um médico contratado, vai ter metas, vai ter merecimento e, inclusive, vai ter previsão – conversei com o secretário Pablo sobre isso – de aplicação de meritocracia: quanto mais trabalha, com melhor atendimento, vai ter uma remuneração melhor. Então vai se poder fazer melhorias dentro do posto de saúde, nas condições físicas do posto.

O secretário falou ontem que, muitas vezes, o Município teve que devolver recursos, porque não conseguiu fazer obras com os recursos federais que vieram, não conseguiram licitar pelas dificuldades da lei das licitações. Quando se faz um contrato deste tipo, facilita. A ideia é melhorar o posto de saúde. A senhora e o senhor que estão em casa nos ouvindo fiquem tranquilos, vai melhorar o atendimento. É muito fácil vir aqui cobrar que quer o guarda, que quer isso e aquilo, mas, na hora de ajudar o governo e votar um projeto, são contra tudo. É muito fácil o discurso: “O prefeito não faz boa gestão”; “Se eu fosse prefeito, ia botar um guarda em cada esquina”. Essa história eu já escutei, mas, depois que ganha a eleição, não conseguem, não é possível. O prefeito Marchezan tem feito uma boa gestão da Cidade, baixou todos os custos possíveis de tudo o que dependia de gestão, está gastando menos em telefone, milhões de reais estão sendo economizados. Claro que há coisas que dependem de leis, e coisas que dependem

de leis, nós aqui na Câmara de Vereadores vamos procurar fazer para melhorar as condições das senhoras e dos senhores que estão nos assistindo em casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Vereador Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, no século III, depois de Cristo, tinha um filósofo cristão, chamado Maniqueu, e ele criou essa teoria da dualidade, de que de um lado está a luz E do outro lado está a treva; de um lado está o bem, do outro lado está o mal. Desde então, muitos tendem a querer simplificar o mundo dessa forma. Na política, isso tem sido um lugar comum. Alguns se apresentam como os defensores das virtudes e querem imputar aos outros todos males que há no mundo. Aqui, recentemente nesta Casa – ou quase sempre, sei lá! –, tem acontecido assim. Nesse debate das praças; antes, no debate do funcionalismo. Nessa questão do maniqueísmo, mesmo aquelas pessoas que não estão diretamente aqui, no dia a dia, nas galerias, estão fora daqui, compram essas teses.

Eu quero falar rapidamente sobre a questão da terceirização e dizer o seguinte: espalhou-se, por esse maniqueísmo, nas redes sociais, nos últimos dias, que nós, vereadores que tínhamos votado na questão da mudança da forma da remuneração dos servidores, éramos contra os servidores públicos, e que os outros que votaram a favor seriam a favor dos servidores públicos. Isso é o velho maniqueísmo, é a forma rasa de transformar as coisas em somente duas alternativas.

Eu fui Presidente desta Casa, no ano passado, chefe de Poder, portanto, e o que está na história, está na história. E já dizia Abraham Lincoln: “Se queres conhecer um homem, dê poder a ele”, Presidente Medina. Nada tira da minha história o nível de relação que eu consegui estabelecer com os servidores desta Casa; portanto, o nível de respeito que eu tenho pelo servidor público. Agora, isso não quer dizer, por outro lado, que certos assuntos não se possa discutir, mexer, tocar ou votar, e se você vota de um determinado jeito ou de uma determinada forma imediatamente, você se transforma em inimigo do servidor público.

Sobre essa história da terceirização, há pouco fui ali no nosso café, atendido pelas nossas serventuárias dali, elas nos atendem fantasticamente bem e são servidoras terceirizadas. Na gestão do Presidente Cassio ou do Presidente Mauro se tomou a medida de a portaria ser terceirizada. E os trabalhadores que estão aqui, que são tão trabalhadores quanto quaisquer outros, merecem o mesmo tipo de respeito e o mesmo tipo de dignidade, fazem o mesmo tipo de trabalho – quando eu digo o mesmo tipo, é com qualidade – e são terceirizados. O Ver. João Dib, meu querido amigo, que sempre está nos acompanhando aqui, fez um discurso outro dia, estava falando sobre o tempo dele. No tempo do Ver. João Dib, Cassiá e João Bosco, eram 15 mil servidores públicos, dos quais 10 mil estavam na ativa e talvez 5 mil aposentados. É diferente de

30 mil, que é o dobro, e esses 30 mil, como eu disse, mais de uma vez, ficam com 50% do orçamento da Cidade. Então, não é ser contra o servidor, é reconhecer que nos últimos 10 anos a inflação foi de 48%, e o comprometimento da receita do orçamento do Município, com folha de pagamento, foi para quase 90%. Os servidores têm que ter plano de carreira? Sim. Eu defendo que tenham plano de carreira, mas eu defendo que nós tenhamos que decidir para o futuro, meus colegas, quais são aquelas carreiras de Estado. Carreira de Estado é policial, carreira de Estado é juiz, carreira de Estado é professor, essas são carreiras de Estado, e no resto, meus amigos, nós temos, sim, que caminhar para a terceirização. E aí vão dizer assim: “Mas o serviço do terceirizado é malfeito!” Eu pergunto a vocês: a quem cabe fiscalizar o serviço do terceirizado? Ao servidor de carreira. Se o servidor da saúde me disser que o posto de saúde de um terceirizado está malfeito, quem tem obrigação de ir lá, fiscalizar e inclusive, se for o caso, de denunciar o contrato, acabar com o contrato e trocar o prestador de serviço é o servidor de carreira, o efetivo. Se uma rua está mal mantida, se o buraco está tomando conta, e a empresa é terceirizada, é o servidor de carreira que tem que ir lá, que tem que ver como está sendo executado o serviço e, se for o caso, trocar a empresa. Se a coleta do lixo da Cidade está sendo malfeita pela Cootravipa ou por qualquer outra empresa, é o servidor de carreira do DMLU que tem que ir lá fazer a fiscalização do contrato e aplicar a multa. Agora, o que não pode ser, o que é insuportável, o que é insustentável nos dias de hoje é que a máquina pública tenha tomado uma dimensão, um tamanho, um inchaço que não cabe mais na riqueza da sociedade, que a sociedade não tem mais! Paga-se imposto e não se consegue sustentar isso. Os partidos de esquerda, por outro lado, querem esse inchaço, porque eles ganham militância, compõe os sindicatos, que dão apoio, fazem contribuições, como já foi dito ontem aqui, e sustentam esses partidos que se transformaram em verdadeiros balcões de advocacia trabalhista de determinadas corporações. A nossa visão tem que ser maior do que isso, nós temos que respeitar, sim, os servidores públicos; mas saber que não é possível que uma cidade como Porto Alegre tenha R\$ 940 milhões para educação, tenha R\$ 1,5 bilhão para a saúde – somados esses dois investimentos, dá R\$ 2,5 bilhões –, e que o custo da folha seja de R\$ 3 bilhões, maior do que isso. Então são essas modulações – sem desvalorizar, muito antes pelo contrário, sabendo que precisa ser valorizado o serviço público –, esses maniqueísmos que a gente precisa evitar e que a gente deve fugir.

Eu me dirijo às pessoas que me acompanham pela TVCâmara e pelas redes sociais: não caiam nessas falsas armadilhas e nesses maniqueísmos, ninguém é contra servidor público, muito antes pelo contrário, mas, para além de essa ou aquela corporação, nós devemos estar aqui, Ver. Medina, para atender a sociedade como um todo, os bons serviços públicos, aquilo que quem paga imposto merece receber: bons políticos, bons professores, bons médicos, bons servidores públicos, bons serviços. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Medina, vereadores, vereadoras, público que assiste à sessão, o Ver. Valter fez uma intervenção expondo a sua ideologia. Expôs, de um modo claro, uma ideia de que o Estado tem que escolher determinadas carreiras, não me lembro se o Ver. Valter explicitou quais carreiras seriam na sua concepção de Estado.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Policiais, professores, juízes, médicos, mas esse é o grosso do funcionalismo público, exatamente isso! Então não há nenhuma alteração desse ponto de vista em relação à máquina tal como ela existe hoje. A grande maioria dos servidores públicos do Estado, por exemplo, é composta por professores e policiais. A grande massa do funcionalismo no Estado do Rio Grande do Sul é formada por professores. Qual é a média salarial dos professores do Estado? Não passa de R\$ 2 mil.

(Apartes antirregimentais dos vereadores Valter Nagelstein e Cassiá Carpes.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): No Município, é um pouco mais alta, mas está baixando, Ver. Cassiá, e faz três anos que não tem reajuste. Justamente, um dos propósitos do governo Marchezan é fazer com que o valor da mão de obra dos professores municipais fique equiparada ao valor da mão de obra dos professores do Estado. Ou seja, quer nivelar por baixo! Qualquer um que entende minimamente de educação sabe que nós não temos como garantir uma educação de qualidade quando os professores não têm tempo para respirar, não têm salários para comprar bons livros, não têm condições de se preparar, não têm condições, sequer, de preparar aula! São cargas horárias terríveis! Os professores trabalham 60 horas semanais para poder ter um salário que os impeça de haver fome na categoria! É disso que se trata! Fome! Esse é o quadro real do Estado que nós temos. E a linha dos governantes é uma linha de ajuste, de arrocho salarial sobre esses servidores. Então, me chama atenção o Valter, porque o Valter abstrai a existência do sistema de partidos, e qual é o balanço que nós temos no sistema de partidos? Quais são as razões para que nós tenhamos uma máquina estatal com esse nível de disfuncionalidade que nós temos no Brasil e no Estado? Nós tivemos um sistema de partidos que administrou essa máquina! Essa máquina não andou sozinha. Nós não temos um Estado que anda sozinho. Nós temos um Estado administrado por partidos políticos. E o PMDB, em primeiro lugar, faz 50 anos que está no poder! Os principais líderes do PMDB no País, por exemplo, a liderança do José Sarney, que foi a liderança do PMDB desde 86, se não me falha a memória, quando entrou no PMDB, governa o País já na época dos civis,

governou o País junto com os militares; e foi o PMDB agora, nós temos horrores de provas em relação às empresas terceirizadas – que é a preocupação que nós temos –, de esquemas de corrupção com as empresas terceirizadas! Nós temos agora a CCR que está administrando a *freeway* aqui, terminou o contrato da Concepa, foram 30 anos que ela administrou a *freeway*, e a *freeway*, como estrada, era a melhor do que boa parte das estradas que temos no Rio Grande do Sul. Há um desmonte do DAER no Estado do Rio Grande do Sul, brutal. Pois bem, agora entrou a CCR, para administrar a *freeway*. Quem é a CCR? Qual é a natureza dessa empresa? Foi a empresa que por 30 anos assaltou os cofres do Paraná. Agora o ex-governado Beto Richa, do PSDB, foi preso, comprovadamente envolvido nos esquemas de corrupção dessa empresa que agora administra. Imaginem, uma empresa assaltou o Paraná, depois que ela assalta o Paraná, ganha uma licitação para administrar a *freeway* no Rio Grande do Sul. E não estou dizendo que vão roubar o Rio Grande do Sul, não posso fazer um prognóstico desse tipo, seria irresponsável da minha parte, mas eu sei que essa empresa terceirizada assaltou os cofres do Paraná. Nós não podemos fazer aqui o fetiche de que a terceirização é a expressão da eficácia, é o contrário. As experiências que nós estamos tendo de terceirizações são fraudulentas na área da saúde, na área da segurança, na área das rodovias. Então, o problema é mais grave. Nós temos um enorme problema político no País, de um sistema partidário que acabou, por uma história que aqui o tempo não nos permite discutir com a profundidade necessária, mas o sistema partidário no Brasil, na sua maioria, se corrompeu e passou a fazer parte de um jogo entre o público e o privado, onde o público passa a responder aos interesses privados e não ao interesse público. Nós precisamos é restabelecer o interesse público como prioridade da gestão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Se tu me apoiares para prefeito de Porto Alegre, Bosco, seguramente fecharei a EPTC. Ainda não, mas preciso ser prefeito para isso. Mas esse sonho, que não é só meu, mas da sociedade porto-alegrense, ainda não acabou. Nós precisamos de uma autarquia e precisamos pôr fim a essa empresa que achaca o cidadão de Porto Alegre. Me senti no dever de comentar um pouco o discurso do Ver. Roberto Robaina, colegas vereadores, para quem está em casa também, talvez uma das poucas vezes não seja um antagonismo, vereador, as nossas posições aqui na tribuna, porque, de fato, sou obrigado a concordar que, há muitos anos, o sistema partidário brasileiro faliu. Nós precisamos de instituições que favoreçam a ética política e os bons hábitos ou as virtudes na política. Nós instalamos nesta Casa, antes de ontem, a Frente Parlamentar em Defesa do Parlamentarismo. Eu

subi a esta tribuna para fazer apologia ao parlamentarismo. Eu tenho várias razões, mas uma delas, que tem a ver com o seu discurso, vereador, é que o parlamentarismo é um sistema que inibe frontalmente a corrupção por muitos motivos. Um deles é a diminuição radical de cargos de confiança. Não que os cargos de confiança favoreçam a corrupção, mas eu tenho uma separação entre o governo e a administração pública, em que a administração pública toca as coisas do Estado, e as questões políticas ficam com o governo. Isso também não nos autoriza a ter uma tecnocracia, na medida em que quem decide as políticas públicas é o parlamento, que passa a governar e a aplicar o princípio da responsabilidade política. Já que nós trouxemos para o Brasil o princípio da responsabilidade fiscal, nos falta agora o princípio da responsabilidade política.

Uma outra coisa importantíssima para quebrar o ciclo da corrupção é que os políticos não terão mais a chave do cofre. A chave do cofre ficará com a administração, que fará as licitações necessárias, escolherá as empresas privadas que vão atender às necessidades, realizar os serviços públicos. Não vai ter como a classe política cobrar os favores e as contribuições eleitorais, que nós estamos acompanhando na Lava Jato, que estão intrinsecamente ligados às propinas, estão intrinsecamente ligados ao grau de corrupção que nós estamos enfrentando. Então, só com o parlamentarismo.

Você, que está em casa, colegas vereadores, basta dizer que toda a África é presidencialista; toda a América Latina é presidencialista, o subdesenvolvimento está diretamente ligado com as más instituições, o subdesenvolvimento econômico é intrínseco, está vinculado, é consequência dessas más instituições. Nós precisamos de instituições que favoreçam a virtude. Não é a ética, senhores, que melhora as instituições, mas as instituições que contribuem para a elevação do nível da ética. Então nós precisamos repensar. O nosso presidente João Carlos Nedel, que não está aqui, preside a nossa frente parlamentar, haverá de convocar as nossas reuniões. Eu queria conclamar os vereadores que participassem desse tema importantíssimo para a sociedade brasileira, que é a revisão do nosso sistema de governo, que não deu certo em nenhum lugar do mundo, e digo mais, sequer os Estados Unidos aplicam o modelo tripartite de Montesquieu. Meu tempo se esgota, não poderei sustentar, mas fica para uma próxima. Sequer os Estados Unidos, único país presidencialista que aparentemente deu certo, não é presidencialista, porque quando se elege o presidente dos Estados Unidos, se elege o senhor da guerra, o chefe do estado, porque o governo permanece na federação e na mão dos governadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu tenho assistido aqui, neste plenário, a vários colegas vereadores dando aula do que é privatização e do que é concessão. Eu não sei se alguém não sabe, mas eu sei o que é concessão é sei o que é privatização. Sei que esse projeto

das praças é sobre concessão. Eu não preciso de aula. O problema desse projeto – falei há pouco com o Ver. Mauro Pinheiro, que é o líder do governo, com o Ver. Moisés, que é o vice-líder –, é que, em determinado momento do projeto, está lá escrito, e não foi alterado: quem fizer um investimento substancial poderá ter o retorno desse investimento. O que é um investimento substancial? São R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, R\$ 30 mil? Será que quem tiver a concessão do Parque da Redenção e construir, Cassiá, uma arquibancada no parque Ramiro Souto, para ter o retorno, a população vai ter que pagar para jogar ali porque tem uma arquibancada nova? É isso o que não está explicado. Não adianta vir aqui dar aula de privatização e de concessão. Eu sei que é concessão! Agora, se isso não vai acontecer, eu peço à base, ao líder do governo que nos ajude a aprovar a emenda do Ver. Janta, que deixa fora os equipamentos esportivos – nós conversamos, o Janta e eu, sobre essa emenda; o Janta é líder e assinou a emenda. Se não corre o risco... Aí vem aqui e dizem: “O parquinho tem que pagar”. Claro, já tem que pagar no parquinho. Está certo! Já tem que pagar no trezinho. Está certo! Eu não tenho nada contra isso. Agora, tem que esclarecer o que é esse investimento substancial.

Outra coisa, Ver. Wambert, V. Exa. que é um professor de direito: é uma concessão – é obvio que é uma concessão. Agora, uma concessão até 35 anos vira, na prática, uma privatização – vira, na prática, uma privatização! É provável que nem o prefeito esteja vivo daqui a 35 anos, nenhum de nós aqui! Eu penso que nenhum prefeito, nenhum gestor deveria fazer qualquer contrato além do tempo do seu mandato. Esse projeto poderia ser por dois anos, 2019, 2020, fazer um piloto para ver se vai dar certo. Se o Prefeito Marchezan se reeleger, faz mais quatro anos, agora, quem diz que os próximos prefeitos vão querer isso? Mas já tem o contrato assinado, como é que faz para voltar atrás? Então, eu tenho essa preocupação que ninguém me esclarece. Se a empresa que ganhar a concessão e construir nos estádios de futebol arquibancada, ela vai poder cobrar para reembolsar o dinheiro? Ninguém me diz isso, ninguém me explica isso.

O que é investimento substancial? Dez mil, vinte mil, cinquenta mil, duzentos mil? Bom, se há essa dúvida, e não dá para corrigir, vamos aprovar a emenda do Ver. Cláudio Janta, que deixa fora os equipamentos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste nas galerias; público que nos assiste através da TVCâmara e que nos ouve através da nossa Rádio Web; eu queria falar deste tema que está pulsando na nossa Cidade. Eu tenho a minha filha, Linda Anis, e meu filho, Cássio, e eu não quero ir com eles nas praças que tenho ido, não quero mesmo! Praças em que, muitas vezes, eu chego e vou embora, Ver. Robaina, porque o mato está na altura deste púlpito. Descaso de quem, não me

interessa, não vou fazer uma caça às bruxas aqui, porque isso não é de agora, deste governo e nem do governo passado – isso vem ocorrendo seguidamente; como brinquedos destruídos. Aí o que me resta é levar minha filha e meu filho para passearem no mesmo lugar sempre: na orla do Guaíba, agora; na Redenção, onde o mato está grande de vez quando; ou então no Parque Germânia, ali perto do Shopping Iguatemi – é o que me resta em Porto Alegre. Na região onde eu e os Vereadores Mauro Pinheiro, Cecchim, Ferronato, Mario Manfro, Medina moramos tem quantidade de praças; na minha rua tem duas praças. E eu não consigo usar essas praças. Então, dizer que vão cobrar ingressos, não vão cobrar ingressos. Vamos começar pela coisa certa e séria! Na redenção há alguns objetos. Tem um trenzinho – eu pago para andar no trenzinho com meus filhos; tem um parquinho – eu pago para usar o parquinho com meus filhos. Eu não pago para fazer um piquenique, o que faço com minha família; o pessoal do partido Solidariedade seguidamente resolve fazer um piquenique, ou a secretaria do partido, principalmente a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as mulheres. Eu não pago para fazer isso. Tenho certeza de que toda a população se revoltaria, inclusive aconteceria um *impeachment* nesta Casa, seja o prefeito que fosse, se a população tivesse que pagar para adentrar em um parque. Agora, que nós precisamos ter os parques entregues à população de Porto Alegre, nós precisamos; nós não vamos ficar esperando cada praça ter um convênio com um banco andino, como foi o que aconteceu na orla do Guaíba, para acontecer. Nós temos a possibilidade de apresentar emendas ao projeto. Eu apresentei três emendas: uma em conjunto com o Ver. João Bosco Vaz, outra de autoria da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do meu partido, que pediu para eu apresentar. Então, nós temos possibilidade de melhorar o projeto; agora não podemos trancar a cidade de Porto Alegre e não podemos mentir para a população de Porto Alegre, porque nós temos um parque em Porto Alegre que é fechado, que é o Parque Germânia. Nós temos um parque em Porto Alegre que tem aparelhos destinados à população, que é a Redenção, onde tem o parquinho, tem o trem, tem outras disponibilidades, tem um carrinho em que vários vereadores tiraram fotos nele lá na Redenção. Tem questões na nossa Cidade que precisam... Agora, nós temos a orla do Guaíba que foi feita com o dinheiro de empréstimo que a Prefeitura fez e, depois, foi entregue para a iniciativa privada, estão lá empresas explorando para fazer a manutenção.

Então, eu acho que nós temos que nos despir do efeito Gre-Nal, nós temos que nos despir do efeito maragatos e chimangos, e permitir que, de fato, a população de Porto Alegre tenha acesso a esses parques e a essas praças. E o Regimento desta Casa, a lei, nos permite fazer emendas, então que os vereadores façam emendas a este projeto de praças e parques.

Hoje a nossa população não tem, não consegue usar praças e parques, somente quando a população consegue alguém que faça a manutenção. Ontem mesmo, recebi uma demanda de transformar uma cancha completamente estourada, destruída numa praça, na Zona Norte de Porto Alegre, num espaço para cuidarem de cachorros, de animais, de gatos, demanda essa que já estamos encaminhando. Seria isso, Sr.

Presidente. Agradeço o tempo que me foi concedido nesta tribuna na tarde de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. Alvon Medina, vereadores e vereadoras, o tema hoje é o projeto das praças. Eu também moro num bairro privilegiado de muitas praças, umas bem cuidadas, outras não, e, realmente, como falou o nosso colega, Ver. Janta, não são tão frequentadas, primeiro, pelo temor de assaltos, às vezes, pelo excesso de mato, falta de podas, porque são muitas praças.

Falando ainda sobre uso, Ipanema foi um bairro muito bem frequentado e, ultimamente, está com pouca frequência devido à opção de vir para uma área melhor, que é o Gasômetro. E, realmente, nesse projeto, acredito que esses espaços que não estão devidamente cuidados serão beneficiados. E nós estamos aqui para fiscalizar. Saindo um bom projeto, uma boa implantação, a fiscalização fica mais fácil. E vejo que há muitas dúvidas ainda de quais as áreas serão concedidas, de como vai ser feita essa operacionalização. Nós acreditamos que, no momento em que sai um projeto desses, o Executivo vai fazer a sua parte.

Também quero dizer da orla, o que sobrou: Ipanema, o bairro Assunção também tem um pequeno pedaço que não foi adequadamente revitalizado para se ter o prazer de curtir o pôr do sol. Cito também o megaempreendimento na curva do BarrashoppingSul, que certamente já é uma reivindicação muito antiga, deverá deixar um espaço para a população curtir o pôr do sol. Então, era o que eu tinha a dizer sobre as praças, já que tem sido tão falado. E uma outra notícia que, para mim, foi muito positiva, hoje de manhã, foi de que o governo Leite acatou a manutenção dos recursos para entidades de proteção animal que fazem parte mediante cadastro do programa Nota Fiscal Gaúcha. Dois milhões de reais foram aprovados, no ano passado, para esse segmento e estava sendo analisada a sua continuidade pela Secretaria da Fazenda. E hoje recebemos a informação pelo autor dessa proposta, nosso parceiro de luta, o veterinário e deputado Gabriel Souza, de que foi realmente aprovado pela junta financeira. Com isso, facilitará as nossas entidades devidamente cadastradas a realizar o seu programa de controle populacional, já que a maioria das prefeituras no interior não têm essa preocupação. Então, é gratificante a notícia desse entendimento, e quero dizer que esses R\$ 2 milhões são repassados mediante a captação de novos CPFs e, também, do cidadão e da cidadã solicitar CPF na nota, aumentando a arrecadação e evitando a sonegação. Se eu tiver ainda tempo, quero falar hoje ainda sobre o Dia Mundial dos Animais de Rua. De origem desconhecida, de órgão, entidade internacional, é uma proposta de data que pouco há que comemorar no sentido mais amplo, não vão ser com os R\$ 2 milhões que vamos resolver o problema dos animais de rua, tem muito a se

fazer, mas não dá para se lamentar. Então, essa nossa proposta, iniciada em 2017 no Governo do Estado, vai minimizar, mas não vai solucionar. Então, nós temos que sempre ficar alertando sobre a superpopulação e o descaso, a irresponsabilidade, a maldade das pessoas que abandonam os seus animais nas ruas, nas estradas, nas praças, deixando para outros, para que, quando possível, se resgatar, mas isso nem sempre acontece.

Então, para resolver, as prefeituras têm que assumir o que diz a Constituição, com políticas públicas para grandes programas de esterilização, microchipagem. E lutamos numa campanha que estamos chamando de petcídio, que é um projeto que está no Senado, para aumentar as penas, passar para quatro anos, propiciando cadeia para quem cometer esses graves crimes. E chamamos atenção para o aumento significativo de ocorrências tanto na polícia civil como na Prefeitura, e nós vamos atuar com a Frente Parlamentar em Porto Alegre, fazendo mais campanhas de conscientização, tentando chamar as entidades aqui existentes para serem parceiras nessa luta. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Ver. Robaina, sempre que iniciamos uma discussão aqui com caráter ideológico o senhor quer atribuir a nós os desgastes do MDB. Novamente sou obrigado a lhe dizer que até topo essa discussão, é porque o seu partido é ideológico, ele defende uma bandeira. Assim como o meu partido tinha uma no final da década de 70, início da década de 80, que era a redemocratização, aliás, eu acho que ele hoje perdeu as bandeiras, mas eu... Fale de mim, não fale do partido. Fale da minha história. Eu me filio a uma outra vertente, do senador Paulo Brossard, que era um libertador, que era um conservador; do senador Pedro Simon, fale desses homens do MDB, que é o meu MDB. Com esses outros eu não tenho nada que ver. É como se eu dissesse ao senhor que todos os crimes do Stalin, que todos os crimes do Mao Tsé-Tung, que todos o sangue derramado nos regimes comunistas, que tudo o que está acontecendo em Cuba, e o *paredón* que existiu – e que acontece na Venezuela, o povo tem que fugir de lá morrendo de fome –, é culpa sua também, porque o senhor defende esse regime, o senhor defende essa visão. E eu não posso dizer isso do senhor. Então eu acho que nós devemos traçar essas distinções.

Sr. Presidente, a primeira questão que quero falar é sobre educação, Ver. Mauro Zacher, que é um tema caro para o seu partido, o PDT, e é um tema caro para mim também, Professor Wambert. Porto Alegre distribui hoje uniformes para as nossas crianças. São duas camisetas de manga curta e duas camisetas de manga comprida para cada aluno, dos oito mil alunos das creches, e para cada uma das 34 mil crianças do ensino fundamental.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): E o Ver. Tarciso, material escolar...

Dar esse material, o que na verdade eu acho que tinha que ser mais... e é essa a discussão que eu quero provocar aqui na Câmara. A gente vai ali no Uruguai e vê as crianças, no colégio, de jaleco bonito. Eu fui ao Chile agora e vi as crianças de jaleco. Quando o Ver. Prof. Alex aqui antes falava que tem que ter guarda na escola municipal, pela questão da segurança, eu pergunto: Como é que o porteiro da escola sabe quem é e quem não é aluno da escola? Por que aconteceu essa tragédia lá em São Paulo? Como é que nós fazemos o controle do acesso e a segurança das crianças que estão na escola? Eu acho que é preciso identificar os nossos estudantes e eu vou propor essa discussão aqui aos senhores vereadores. Por que o Município gasta R\$ 2,5 milhões para compra de camisetas e as crianças não têm que usar? E nós não sabemos quem é estudante? Essa é a tal da liberdade que eu não entendo como liberdade. Porque o Município estabelece diretrizes. Ele vai dizer: “Olha, na Cidade de Porto Alegre, para acessarem as escolas, vão ter que estar uniformizadas”. Porque é uma bobagem então gastar esse tanto de dinheiro que estão gastando se não usam o uniforme. Então eu quero propor essa discussão aqui aos senhores vereadores do uniforme da rede municipal de ensino e, se possível, também, de todas as escolas de Porto Alegre, pelo menos no ensino fundamental e na pré-escola. São 206 creches, as crianças recebem uma média de R\$ 500,00 por criança, nessas 206 creches, que são terceirizadas também, Ver. Robaina, porque são organizações sociais que administram essas creches e fazem um trabalho maravilhoso. Tem que ter nutricionista lá, tem que ter pedagoga, são auditadas essas contas e elas prestam contas para a Secretaria, mas eu defendo uniformes em Porto Alegre.

A outra questão que eu quero falar, Presidente, é sobre a comida do *buffet*. Ontem, como em tantos outros dias, eu estava aqui no nosso restaurante – que está uma beleza, e eu tenho orgulho da reforma que a gente fez –, e sobrando horrores de comida ali. Por que essa comida não pode ser distribuída para as creches? Pergunto isso a vocês! Qual é o problema? Comida que sobra ali, maravilhosa; e as creches tendo dificuldades. Lembrei de um projeto que teve lá na Ceasa. Tem o Decreto Estadual nº 23.430/74 que proíbe que as creches recebam essas doações. Pergunto: nós não podemos fazer uma articulação com o Sindicato da Alimentação, Bares, Hotéis e Restaurantes, restaurantes que queiram doar, escolas que precisem receber? A escola se encarrega de vir buscar; o dono, numa consciência social, se encarrega de empacotar aquela comida. Tudo isso que sobrou – ontem sobrou carne, sobrou massa, sobrou feijão, sobrou salada, sobrou tudo – vai para o lixo? Nós não podemos dar para quem precisa? Alcançar a quem precisa? Então, eu quero conclamar vocês a um esforço para que a gente possa mudar isso. Eu acho que precisamos mudar.

Por último, vou usar o último minuto aqui, Sr. Presidente, para relatar o que eu assisti no dia de ontem e que mostra que, às vezes, com relação a certos setores do serviço público nós precisamos, sim, fazer o enfrentamento e, usando uma expressão

gauchesca – Brizola gostava muito dessas expressões –, precisamos quebrar o queixo de muita gente. Eu fui, ontem, na 1ª DP, registrar uma ocorrência dos fatos que aconteceram comigo na semana passada, e lá estava um menino de 14 anos, que foi encontrado na rodoviária de Porto Alegre, um menino especial, que era autista. E aí eu sugeri ao delegado Jardim, que me recebeu muito bem, que ligasse para a FASC. Qual foi a resposta da FASC? “Ah, nós conhecemos esse menino, ele é de Canoas, não é responsabilidade nossa, tem que ligar para o conselho tutelar de Canoas”. O menino está em Porto Alegre! A FASC tinha que ter ido lá, buscado, e, depois, se fosse o caso, encaminhado para o conselho tutelar. Agora, não! Não pode. E se escondem atrás da tal da estabilidade para não fazerem coisas do ponto de vista humano mais evidente que têm que ser feitas. E aí o gestor não pode fazer nada. Essas são as coisas que a gente precisa mudar. Teria que ter sido dado o atendimento àquele menino por várias questões, mas especialmente por uma questão de humanidade. Essa fundação, Presidente, está lá e recebe milhões do orçamento do Município. Tinha que deslocar um carro, tinha que pegar esse menino, tinha que colocar uma assistente social, e, se fosse o caso, levar para a casa dele, em Canoas. Mas o fato se deu em Porto Alegre, não se deu em Canoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Obrigado, Ver. Valter. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1345/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 157/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que institui o Programa Transporte Acessível, com o objetivo de incentivar e facilitar a utilização do transporte público coletivo por pessoas com deficiências auditivas e visuais.

PROC. Nº 1405/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 189/18, de autoria da Verª Mônica Leal, que inclui inc. XI no art. 10 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo tela em fachada, luminosa ou iluminada, no rol de elementos de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao público considerados veículos de divulgação ou veículos.

PROC. Nº 0008/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/19, de autoria da Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Programa Municipal de Atenção à Prematuridade.

PROC. Nº 0040/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/19, de autoria da Ver. Valter Nagelstein, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Antonio Hamilton Martins Mourão.

PROC. Nº 0021/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/19, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui art. 178-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, tornando a Língua Espanhola disciplina de oferta obrigatória nos níveis fundamental e médio da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1085/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/18, que dispõe sobre as normas de finanças públicas no âmbito do Município de Porto Alegre, voltadas para a responsabilidade, qualidade e transparência na gestão fiscal com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

PROC. Nº 1395/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o § 2º do art. 2º e o caput do art. 9º e inclui parágrafo único no art. 9º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, restringindo a iniciativa para a proposição de projetos de denominação de logradouros e dando outras providências.

PROC. Nº 0024/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/19, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, excetuando os ciclistas em treinamento ou em velocidade igual ou superior a 20km/h (vinte quilômetros por hora) da proibição de trafegar fora de ciclovias ou ciclofaixas.

PROC. Nº 1375/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/18, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui o Programa Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância – no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1400/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/18, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifa dos estacionamento temporários pagos nas vias e logradouros públicos e em áreas urbanas pré-determinadas – Área Azul – para as pessoas idosas, desde que em vaga devidamente sinalizada para uso de idosos.

PROC. Nº 0036/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/19, de autoria da Ver. Marcelo Sgarbossa, que estabelece as velocidades máximas permitidas de 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora) para veículos automotores leves e de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora) para veículos automotores pesados nas vias urbanas arteriais do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0026/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/19, de autoria da Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. III do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992, que instituiu o Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, e o item 8º da Ordem de Serviço nº 15, de 15 de setembro de 1998, dispondo sobre o traje a ser utilizado por vereadores, funcionários, jornalistas e convidados durante as sessões plenárias.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Não há vereadores inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h49min.)

* * * * *